

ANDRE GRUNSPUN PITTA
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenadores

DIREITO SOCIETÁRIO

E OUTROS TEMAS DE

DIREITO EMPRESARIAL APLICADO

Ana Frazão	Leonardo Anthero Auriema
Ana Lúcia Alves da Costa Arduin	Leonardo Barém Leite
André de Godoy Fernandes	Luis Andre Azevedo
Andre Grunspun Pitta	Luis Eduardo Galvão
Angelo Prata de Carvalho	Luís Fernando Cunha Villar
Arthur Sadami Arelano Ikeda	Marcelo Barbosa Sacramone
Denise Chachamovitz Leão de Salles	Marcelo Vieira von Adamek
Eduardo Azuma Nishi	Mariana Pinto
Eduardo Caminati Anders	Maristela Rossetti
Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França	Mauricio Fabbri
Fabiana Mendonça Martins de Almeida	Mauricio Negri Paschoal
Fábio Ulhoa Coelho	Patrícia Bolina Pellini
Fernanda Neves Piva	Paulo Fernando Talarico
Flavia Mouta	Paulo Roberto Grava Brazil
Francisco Antunes Maciel Müssnich	Pedro Henrique Pereira de Brito
Glauco da Rocha	Peter Christian Sester
Glauco Guerra	Raphael Giovanini
Guilherme Setoguti J. Pereira	Rodrigo R. Monteiro de Castro
Guilherme Teno Castilho Misale	Rogério Cimino
Gustavo Machado Gonzalez	Sérgio Campinho
João Pedro Werneck de Britto Pereira	Victor Hugo Cunha Silva
José Romeu Garcia do Amaral	Viviane Muller Prado
Julya Sotto Mayor Wellisch	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br

**ANDRE GRUNSPUN PITTA; GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
(COORDS.)**

Direito Societário e Outros Temas de Direito Empresarial Aplicado

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-079-9

1. Direito Societário. 2. Direito Empresarial. 3. Mercado de Capitais. 4. Arbitragem
5. Recuperação de Empresas. 6. Direito Concorrencial. 7. Governança. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotograficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 23

I. O CONSELHO FISCAL E SUA RELEVÂNCIA PARA OS SISTEMAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 25

Ana Lúcia Alves da Costa Arduin

Introdução	25
1. Uma breve contextualização do tema	25
2. O conselho fiscal e sua adequação aos tipos societários	29
2.1. Conselho fiscal de sociedades limitadas	30
2.2. Sociedades anônimas	33
3. A composição do conselho fiscal	36
3.1. A diversidade da composição como fator chave para a maior efetividade do órgão	36
4. O funcionamento do conselho fiscal	38
4.1. Criando rotinas: a importância do regimento interno do conselho fiscal	38
5. Aproximando os membros do conselho fiscal da administração	40
6. A remuneração do conselho fiscal: mais um desafio a ser ultrapassado	42
Conclusão	43
Bibliografia	44

II. O PAPEL DOS INVESTIDORES INSTITUCIONAIS E DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NO DIREITO SOCIETÁRIO CONTEMPORÂNEO, 45

Ana Frazão e Angelo Prata de Carvalho

I. Introdução	45
II. O ato de concentração Itaú/XP e a posição do CADE	47
III. Transformações do poder empresarial no contexto do capitalismo financeiro	53
IV. Os investidores institucionais e sua centralidade na organização das sociedades: a passividade ativa das participações minoritárias	61

V. A influência exercida pelos investidores institucionais por intermédio de participações minoritárias e mecanismos para o seu endereçamento pelo Direito Societário	67
Considerações finais	73
Referências	75

III. INCORPORAÇÃO E CISÃO DE PESSOA JURÍDICA COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO, 79

André de Godoy Fernandes

Introdução	79
1. Aspectos gerais das operações de incorporação e cisão	80
1.1. Incorporação	80
1.2. Cisão	84
1.3. Regras comuns a ambas as operações	88
1.4. Proteção de sócios/acionistas	92
1.5. Proteção de credores	95
2. Aspectos particulares das operações envolvendo patrimônio líquido negativo.....	99
2.1. Patrimônio líquido negativo.....	99
2.2. Posição da doutrina sobre as operações.....	101
2.3. Posição dos órgãos de registro de comércio.....	103
3. <i>Cum grano salis</i>	106
Considerações finais	111

IV. MERCADOS SECUNDÁRIOS ALTERNATIVOS, 113

Andre Grunspun Pitta

1. Considerações iniciais	113
2. O Regime Norte-Americano.....	115
3. O Regime Europeu.....	123
4. O Regime Brasileiro	127
5. Bibliografia	136

V. AS NOVAS SOCIEDADES DE CRÉDITO, 139

Denise Chachamovitz Leão de Salles e Pedro Henrique Pereira de Brito

1. Introdução	139
2. Breves considerações sobre <i>sandbox regulatório</i>	142
3. Novos tipos societários creditícios.....	143
3.1. Sociedade de Crédito Direto.....	144
3.2. Sociedade de Empréstimo entre Pessoas.....	145
3.3. Requisitos Comuns à SCD e SEP.....	146
4. Conclusão	146
Referências	147

VI. CONFLITO DE INTERESSES NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, 149

Eduardo Azuma Nishi

A aprovação impositiva do plano	150
Conflito de Interesses a Impedir a Adesão para Fins do Artigo 163 da LRF.....	151
Interpretação do artigo 43 da LRF	152
Efeito do plano de recuperação extrajudicial em relação aos credores considerados impedidos pelo artigo 43 da LRF	159
O papel do BNDES como banco de fomento	162
Bibliografia	163

VII. REMÉDIOS ANTITRUSTE E A PRÁTICA DO CADE NA LEI Nº 12.529/2011, 165

*Eduardo Caminati Anders, Guilherme Teno Castilho Misale e
Arthur Sadami Arelano Ikeda*

Introdução	165
1. Arcabouço Jurídico da Aplicação de Remédios em Concentrações	168
2. Remédios antitruste em Concentrações à luz da Lei nº 12.529/2011: um olhar empírico sobre a prática do CADE.....	173

2.1. Metodologia de pesquisa.....	174
2.2. Opções de design na formulação de remédios pelo CADE	175
2.2.1. Momento de negociação e propositura de remédios	175
2.2.2. Propositores de remédios	176
2.2.3. Natureza dos compromissos adotados em remédios.....	177
2.2.4. Natureza dos ativos desinvestidos em remédios	180
2.2.5. Perfil dos compradores em remédios.....	182
2.3. Opções de design no monitoramento de remédios pelo CADE.....	183
2.3.1. Natureza dos mecanismos de monitoramento em remédios	184
2.3.2. Tempo para o cumprimento integral de remédios.....	185
Conclusão.....	187
Bibliografia	188
Fontes primárias	188
Fontes secundárias	189

VIII. DA INTANGIBILIDADE INTRASSOCIETÁRIA DO CRÉDITO POR DIVIDENDOS DECLARADOS, 191

Erasmus Valladolid Azevedo e Novaes França e Marcelo Vieira von Adamek

Apelação cível nº 1002982-64.2017.8.26.0554	191
Conclusão.....	198
Declaração de voto convergente	201
Declaração de voto vencido	204
Declaração de voto convergente	213
Declaração de voto divergente.....	215
Comentários ao acórdão por Erasmus Valladolid e Marcelo Vieira von Adamek	220
1. O caso concreto (resumo do litígio).....	220
2. Do direito essencial dos acionistas ao lucro e seu direito ao dividendo e a pretensão à cobrança do crédito dividendual constituído	221
3. O direito do acionista ao dividendo declarado (crédito dividendual).....	223
4. A deliberação assemblar infringente do direito de crédito do acionista enquanto terceiro e a sua ineficácia <i>stricto sensu</i> (ou nulidade), a prescindir de qualquer medida judicial desconstitutiva.....	228

5. Objeções à tese da revogabilidade.....	234
5.1. Sobre a lacuna da lei e a pretendida aplicação analógica do art. 202, § 4º, da Lei das S/A	234
5.2. Sobre a oca retórica principiológica: a preservação da empresa em crise dá-se pelo manejo de institutos próprios da legislação empresarial	238
5.3. Sobre o pretenso abuso do direito de voto: alegação inconsequente.....	238
6. Síntese conclusiva: a procedência do pedido de cobrança	239
7. Bibliografia	240

IX. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E O PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM*, 243

Fabiana Mendonça Martins de Almeida

Introdução	243
1. O princípio do <i>ne bis in idem</i> nas decisões do colegiado da CVM.....	244
1.a. Fundamentos.....	244
1.b. Questões concernentes à esfera da CVM.....	247
1.c. Questões concernentes a esferas de autorregulação	249
1.d. Questões concernentes à esfera administrativa	254
1.e. Questões concernentes às esferas penal e civil.....	260
1.f. Questões concernentes ao plano internacional	262
2. O princípio do <i>ne bis in idem</i> e a instrução CVM 607	269
Considerações finais	277
Referências bibliográficas	278

X. PROVIMENTO LIMINAR EM LIDE SOCIETÁRIA, 281

Fábio Ulhoa Coelho

1. A tutela provisória em questões de direito empresarial.....	281
2. A argumentação principiológica	282
3. O princípio da função social da empresa e a tutela jurisdicional provisória	284

4. O princípio da Liberdade de Iniciativa e a tutela jurisdicional provisória.....	287
5. Os trunfos negociais desproporcionalizados pela tutela jurisdicional provisória	289
6. Advertência final relativa à argumentação por princípios.....	291

XI. O CONCEITO DE EMISSOR ESTRANGEIRO NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO: O INÍCIO, O MEIO E O “FIM”, 295

Flavia Mouta, Luís Villar, Patrícia Pellini e Raphael Giovanini

1. Introdução	295
2. O início	296
3. O Meio	298
4. O “fim”	300
5. Conclusão	304

XII. O ILÍCITO DO *INSIDER TRADING*: REPERCUSSÕES DO CASO EIKE BATISTA/OSX (PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº Rj2013/13172 E RECURSO VOLUNTÁRIO – CRSFN Nº 10372.100001/2018-16), 305

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Introdução (apresentação do caso).....	305
1. Principais fatos e argumentos	306
2. A decisão da CVM	309
3. A decisão do CRSFN	313
4. Processo penal.....	315
5. Comentários ao caso	316

**XIII. REVISITA A CAIO PRADO JR.: O BRASIL
CONTEMPORÂNEO AINDA PROCURA SUA FORMAÇÃO, 325**

Glauco Guerra

**XIV. RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES E
RIGHT TO RELY ON OTHERS: LIÇÕES DO PAS CVM
RJ 2014/8013, 339**

Glauco da Rocha

Introdução	339
1. <i>Right to rely on others</i> segundo o direito norte-americano.....	340
1.1. Dispositivos-chave	340
1.2. Fundamentos do <i>right to rely</i>	342
1.3. A defesa com base no <i>right to rely</i> e seus requisitos	348
1.4. Dever de lealdade e outros deveres fiduciários	354
2. <i>Right to rely</i> segundo o direito brasileiro	355
3. <i>Right to rely</i> e o PAS CVM RJ 2014/8013.....	363
3.1. Panorama geral do PAS CVM RJ 2014/8013	363
3.2. <i>Right to rely</i> e lições verificadas no PAS CVM RJ 2014/8013.....	364
Conclusões	366
Casos e referências bibliográficas.....	368
Bibliografia	368

**XV. QUO VADIS? QUATRO QUESTÕES FUNDAMENTAIS SOBRE
ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA NO BRASIL, 371**

Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Objeto deste estudo	371
2. Arbitragem societária no Brasil.....	372
3. Arbitragem coletiva e disputas de mercado de capitais	378
4. Quatro questões fundamentais envolvendo arbitragem coletiva societária no Brasil	381
5. Conclusão	384

**XVI. O *FULL AND FAIR DISCLOSURE* NO DIREITO APLICADO:
A SIMETRIA PERSEGUIDA E AS ASSIMETRIAS TOLERADAS, 385**

Gustavo Machado Gonzalez

A consagração da regulação baseada no <i>disclosure</i>	385
Muito menos que um nome: o <i>full and fair disclosure</i> aplicado.....	387
Como a divulgação de informações protege os investidores e quais os pressupostos para que essa proteção atinja seus objetivos.....	391
Reuniões públicas e privadas: visão geral	395
A teoria do mosaico.....	397
O caso das lives: Ofício-Circular nº 7/2020-CVM/SEP.....	399
As novas tecnologias justificam repensar o modelo de simetria consagrado na regulação?.....	400
Conclusão.....	404
Bibliografia	406

**XVII. UMA ANÁLISE À LUZ DO ILÍCITO ADMINISTRATIVO DA
MANIPULAÇÃO DE PREÇOS. *SHORT SELLING ACTIVISM*, 409**

João Pedro Werneck de Britto Pereira

Introdução	409
1. <i>Short-selling activism</i>	412
1.1. Notas sobre o conceito de ativismo societário.....	412
1.2. Uma nova estratégia: <i>short-selling activism</i>	414
1.2.1. Definição mais equilibrada e precisa de preços	418
1.2.2. Melhor monitoramento da administração	423
2. O ilícito administrativo da manipulação de preços	429
2.1. Instrução CVM n. 08, de 1979	429
2.2. O tipo administrativo da manipulação de preços	433
2.2.1. PAS CVM n. RJ2001/6226	439
2.2.2. PAS CVM n. RJ2013/5194.....	441
2.2.3. PAS CVM n. RJ2014/0578	442
2.2.4. PAS CVM n. RJ2013/8880	443
3. Ativismo legítimo v. Manipulação de preços.....	444

3.1. Diligência na elaboração da informação.....	445
3.2. Emprego de linguagem serena e moderada.....	447
3.3. Revelação da autoria	449
3.4. Revelação do interesse econômico na redução da cotação do valor mobiliário	450
3.5. Padrão de negociação compatível com as informações divulgadas	451
3.6. Contato prévio com a administração da companhia	453
Conclusão.....	454
Bibliografia.....	456

**XVIII. RETIRADA IMOTIVADA NA SOCIEDADE LIMITADA COM
REGÊNCIA SUPLETIVA DAS NORMAS DA SOCIEDADE ANÔNIMA:
COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA DO STJ, 461**

José Romeu Garcia do Amaral

1. Introdução	461
2. Extinção do Vínculo Societário no CC: A Norma em Abstrato.....	463
3. A Jurisprudência do STJ: O Caso Concreto	466
4. Comentários à Jurisprudência do STJ: O Caso Premier.....	469
4.1. Liberdade de Associação – Função, Alcance e Limite	470
4.2. Suposta Omissão do CC e da LSA.....	476
5. Conclusão	481

**XIX. COMO A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA
PODE CONTRIBUIR PARA PÔR FIM AO ESTIGMA
DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO?, 485**

Julya Sotto Mayor Wellisch

Introdução	485
1. Cenário atual: queda da taxa de juros, alocação de ativos e meta atuarial das entidades fechadas de previdência complementar.....	486
2. Lei de liberdade econômica: panorama das principais alterações para a indústria de fundos	490

3. Investimento em <i>private equity</i> : principais características, papel do gestor, mecanismos de alinhamento de interesses, governança, transparência e proteção do investidor.....	504
Conclusão	512

XX. O DIREITO CONTRATUAL NA REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 515

Leonardo Anthero Auriema

Introdução	515
I. A regulamentação da relação contratual pela CVM	517
II. O direito contratual aplicado à regulamentação da CVM.....	530
a) Liberdade contratual e regulamentação dos valores mobiliários	531
b) Solidariedade e o alargamento da responsabilidade no mercado de valores mobiliários.....	535
c) Subcontratação e os limites de sua viabilidade.....	541
III. O direito contratual como instrumento regulatório.....	545
Bibliografia	549

XXI. ADVOCACIA CORPORATIVA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DOS DEPARTAMENTOS JURÍDICOS ESTRATÉGICOS NAS EMPRESAS (HISTÓRICO, CONCEITOS, REFLEXÕES E PROPOSTAS), 551

Leonardo Barém Leite

1. Introdução e contexto geral.....	551
2. Advocacia corporativa como evolução do direito empresarial no contexto jurídico-empresarial brasileiro moderno.....	568
3. A relevância do tema e sua relação com o direito tradicional	571
4. Justificativa do tema e alguns dos aspectos básicos do conceito (Por que foi preciso criar um novo ramo do direito).....	575
5. Histórico e evolução simplificada do direito empresarial até meados do século XX (notadamente no Brasil).....	580

6. Alguns aspectos da economia brasileira após a 2ª grande guerra, e de sua relação com o direito empresarial (no século XX)	585
7. Os departamentos jurídicos nas empresas brasileiras (de forma geral) até os anos 1980-1990.....	589
8. O fenômeno empresarial brasileiro decorrente do binômio globalização-privatização, aliado à tão esperada estabilização da economia (moeda/câmbio e inflação). Os “festejados anos 1990”.....	593
9. O surgimento da “necessidade” de existência de departamentos jurídicos modernos e estratégicos nas empresas brasileiras ao longo dos anos 1990 (na “esteira” da globalização, da privatização, das regulações da economia, e de inovações legislativas locais e internacionais)	596
10. Os “novos departamentos jurídicos brasileiros” e sua integração à alta gestão nas empresas na chegada aos anos 2000	598
11. Os departamentos jurídicos como centros de resultados e unidades de negócios nas empresas	603
12. Os departamentos jurídicos como “business partners” nas empresas	606
13. Direito Empresarial x Advocacia Corporativa (“Irmãos” Próximos e Parceiros, mas Distintos)	608
14. O advogado corporativo como executivo jurídico nas empresas e um novo conceito de eficiência jurídica (com novas bases da tomada de decisão) – a importância dos indicadores.....	609
15. A importância da gestão nos departamentos jurídicos das empresas e o executivo jurídico como gestor de riscos	611
16. Algumas das diferenças fundamentais entre o ensino tradicional do direito (na graduação) no Brasil e a advocacia corporativa	615
17. O “plain english”, o “plain portuguese”, “o terno e a gravata”, o “latim”, e a clareza e otimização de tudo.....	619
18. A visão, o perfil e a função do advogado corporativo (a visão de JP Morgan).....	622
19. Entre o sim e não, busquemos o “assim” (o “como”)	625
20. O que significa “ser estratégico” na advocacia corporativa moderna	628
21. A advocacia corporativa brasileira no início do século XXI (os anos 2000 e 2010):.....	629
22. As Competências (“skills”) Específicas dos Advogados Corporativos e a Carreira Atual	630

23. Os desafios e as oportunidades na era da automação, dos robôs, dos aplicativos e algoritmos, e da inteligência artificial (a busca da convivência harmônica e produtiva)	633
24. Os relacionamentos entre as empresas (e seus departamentos jurídicos) e os escritórios de advocacia empresariais	637
25. O aprendizado com a “pandemia 2019-2020” e a importância do caráter humano, da flexibilidade, da inovação e da criatividade permanentes	639
26. A advocacia corporativa brasileira após 2020 (o que se imagina que venha a ser o “futuro próximo”).....	643

**XXII. ANÁLISE DO EFEITO *ERGA OMNES* DA SENTENÇA
ARBITRAL E CAMINHOS PARA A ARBITRAGEM DE
CLASSE “À MODA BRASILEIRA”, 645**

Luis Andre Azevedo e Peter Christian Sester

1. O fundamento da arbitragem e seu efeito <i>erga omnes</i>	646
2. O artigo 136-A da Lei das S.A. e seus limites	648
3. Direito comparado.....	649
3.1. O efeito <i>erga omnes</i> da sentença arbitral no direito alemão	649
3.2. O efeito <i>erga omnes</i> da sentença arbitral no projeto de lei apresentado pela associação portuguesa de arbitragem.....	651
3.3. Conclusões.....	653
4. Caminhos para construir a arbitragem coletiva no Brasil.....	654
4.1. Quatro hipóteses.....	654
4.2. Os limites do artigo 136-A da Lei das S.A.....	655
4.3. Propostas em discussão	656
4.3.1. Arbitragem coletiva “por representação”.....	656
4.3.2. Arbitragem coletiva “por substituição” (ação civil pública).....	657
4.3.3. Cláusulas compromissórias introduzindo uma espécie de “agente fiduciário”	659
4.3.4. Adoção de regras específicas nos regulamentos das instituições arbitrais.....	660
5. Proposta própria: cláusulas compromissórias complexas e padronizadas	660

XXIII. O CONFLITO DE INTERESSES DO CREDOR E O IMPEDIMENTO DE VOTO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 663

Marcelo Barbosa Sacramone e Fernanda Neves Piva

1. Introdução	663
2. O direito de voto atribuído aos credores	664
3. Inexistência de uma comunhão voluntária de interesses.....	665
4. O conflito de interesses.....	667
5. Impedimento do voto na recuperação	669
6. Abuso de direito de voto.....	674
7. Conclusão	676
Bibliografia	678

XXIV. SUGESTÕES PARA APRIMORAMENTO DA LEI DAS S/A: UM ESBOÇO DE ANTEPROJETO DE LEI, 681

Marcelo Vieira von Adamek

§ 1º. Explicação	681
§ 2º. Esboço de Anteprojeto de Lei para Reforma da Lei das S/A	682
Exposição de Motivos (minuta).....	682

XXV. GOVERNANÇA E PRÁTICA: A PANDEMIA COMO CATALISADORA DE UM PROCESSO, 693

Maristela Rossetti

1. Panorama e contexto.....	693
2. Reações jurídicas à crise sanitária.....	694
3. A prática da governança corporativa no contexto de pandemia	698
4. Rumo a um “novo normal”?	705

**XXVI. FLUXO DE CAIXA DESCONTADO COMO CRITÉRIO
DE APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL
DE SOCIEDADE, 711**

Mauricio Fabbri

1. Introdução	711
2. Julgados.....	712
2.1. Tribunais superiores	713
2.2. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“TJSP”)	717
3. O fluxo de caixa descontado na doutrina	720
4. A aplicação do critério na apuração de haveres	723
4.1. Apuração de haveres como ela se tratasse de dissolução total	723
4.2. A complexidade em torno do fluxo de caixa descontado.....	724
5. Conclusão	728

**XXVII. UMA AÇÃO, UM VOTO: A QUEM CABE DEFINIR
A ESTRUTURA ACIONÁRIA DAS COMPANHIAS?, 729**

Mauricio Negri Paschoal

1. Introdução	729
2. Direito de voto das ações no direito brasileiro	735
3. Acionista controlador no direito societário brasileiro.....	740
4. Conclusões.....	747
a. Considerando as características do mercado brasileiro, por que é tão importante assegurar a cada ação um voto?	747
b. A quem cabe definir a estrutura acionária das companhias?.....	748
c. Temos, no direito societário brasileiro, mecanismos adequados para mitigar os “aspectos negativos” gerados pela existência de ações sem direito de voto?.....	750
Bibliografia.....	751

**XXVIII. A RESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO APÓS A SUA RETIRADA
DE SOCIEDADE LIMITADA E O LIMITE DE DOIS ANOS CONTIDO NO
PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1.032 DO CÓDIGO CIVIL.
A INTERPRETAÇÃO DO STJ NO RECURSO ESPECIAL 1.537.521, 753**

Paulo Fernando Talarico e Luís Eduardo Galvão

1. Considerações iniciais	753
2. Histórico do caso	756
3. Da controvérsia acerca dos dois anos e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça	757
4. Considerações finais	763
Bibliografia	764

**XXIX. O DIREITO EMPRESARIAL E
A ESPECIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, 765**

Paulo Roberto Grava Brazil

I. A experiência da justiça paulista no âmbito do direito empresarial	765
I.1. Um pouco de história	765
I.2. Consequências e futuro	766
II. Características da visão interpretativa do direito empresarial.....	767
III. Enunciados.....	769
III.1. Termo inicial para contagem do prazo para pagamento do crédito trabalhista.....	769
III.2. Termo inicial para contagem do prazo de supervisão na recuperação judicial.....	770
III.3. As medidas de expropriação após o prazo de suspensão do <i>stay period</i>	771
III.4. A circular de oferta de franquia e a anulação do contrato de franquia.....	771
III.5. O julgamento estendido (CPC – art. 942, § 3º, II) na recuperação judicial.....	773
III.6. O crédito com garantia prestada por terceiro e o regime recuperacional....	773
III.7. A prova pericial e o pedido de processamento da recuperação judicial	774
III.8. A indenização por danos materiais nas ações de contrafação	776
III.9. A prorrogação do prazo do <i>stay period</i>	777

III.10. A admissão de médicos no quadro de cooperados da UNIMED (Campinas)	778
III.11. A habilitação do crédito da Fazenda Pública na falência em face da existência de processo de execução fiscal	779
III.12. O cabimento do agravo de instrumento contra decisão que aumenta o valor da causa	782
IV. Da falência da Construtora e Incorporadora Atlântica Ltda.....	784
V. Conclusão.....	786

**XXX. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO.
CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, REGIME JURÍDICO.
EVOLUÇÃO HISTÓRICA. NATUREZA JURÍDICA. LEGALIDADE
E UTILIDADE. DISTINÇÃO DE CONSÓRCIO, 789**

Rodrigo R. Monteiro de Castro

Consulta	789
I. Considerações gerais sobre a sociedade em conta de participação e o seu regime jurídico.....	792
I.I. Características essenciais da SCP.....	792
I.II. Ausência de personalidade jurídica e classes de sócios da SCP.....	794
I.III. Responsabilidade dos sócios da SCP	796
I.IV. Dissolução e retirada	798
I.V. Flexibilidade e dinamicidade.....	800
II. Evolução histórica da SCP.....	801
III. Natureza jurídica	802
IV. Legalidade e utilidade	805
V. Diferenciação de outros institutos	810
V.I. Sociedade em comum	810
V.II. Consórcio	811
VI. A SCP C-X.....	815
VI.I. Tabulação das características da SCP C-X.....	819
VI.II. Anotações finais a respeito da SCP C-X.....	820
VII. Respostas.....	824

**XXXI. A OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO
DE SÚMULA VINCULANTE NO PROCESSO ARBITRAL
À LUZ DA NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM, 835**

Rogério Cimino

Introdução	835
1. Teorias acerca da natureza jurídica da arbitragem	835
1.1. Das diversas teorias acerca da natureza jurídica da arbitragem	835
1.2. Arbitragem como contrato – Teoria Contratualista	836
1.3. A arbitragem como processo – Teoria Processual	837
1.4. A arbitragem como contrato e processo – Teoria Mista.....	839
2. Súmulas vinculantes e o Código de Processo Civil de 2015.....	840
2.1. Súmula Vinculante.....	840
2.2. Natureza Jurídica da Súmula Vinculante	841
2.3. O reforço dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015.....	842
3. A obrigatoriedade da súmula vinculante no processo arbitral.....	844
3.1. A arbitragem como contrato e as súmulas vinculantes.....	844
3.2. Aplicação das súmulas vinculantes na jurisdição arbitral.....	845
Conclusão.....	848
Bibliografia	849

XXXII. DIVIDENDO *IN NATURA*, 851

Sérgio Campinho e Mariana Pinto

1. O direito essencial de participação nos lucros sociais	851
2. A concretização do direito essencial de participação nos lucros sociais: da verificação do lucro à declaração de dividendos	854
3. O papel do dividendo obrigatório	861
4. O pagamento do dividendo	865
5. Dividendo <i>in natura</i>	868
Referências	886

**XXXIII. SEGURO D&O E *ENFORCEMENT* NO MERCADO
DE CAPITAIS: SOLUÇÃO OU OBSTÁCULO?, 889**

Victor Hugo Cunha Silva e Viviane Muller Prado

1. Introdução	889
2. A responsabilidade dos administradores de companhias abertas na CVM.....	891
3. O seguro de responsabilidade civil de administradores de pessoas jurídicas	895
3.1. Função do D&O.....	895
3.2. D&O, atos fraudulentos e apreciação pelo poder judiciário	898
3.3. Regulamentação pela SUSEP	899
3.4. A evolução de entendimento sobre a cobertura de penalidades administrativas	900
4. Seguro D&O no novo mercado – estudo empírico.....	903
5. Conclusões.....	905
Referências bibliográficas	908